

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. São Paulo: Editora Zahar, 2021.

Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar

Geraldo Magela Rodrigues de Oliveira Neto

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG

Graduado em Ciências Sociais

geraldoliveira1951@gmail.com

Dividida em onze capítulos, a obra, lançada em 2021, traz grande contribuição para o debate sobre o tema do Golpe e os anos de Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). O autor, Rodrigo Patto de Sá Motta, é doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e conta com vasto repertório na área de pesquisa sobre a Ditadura Militar Brasileira, sendo alguns “As Universidades e o regime militar”, “Em guarda contra o perigo vermelho” e, o mais recente, e alvo dessa resenha: “Passados Presentes: O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar”, onde através de onze capítulos, traz grande contribuição aos elos fundamentais que conectaram o golpe e as ações que deram sustentação e manutenção a uma ditadura militar de 21 anos no país.

Cabe destacar que o período de publicação do livro não foi aleatório e que a disputa constante pela memória também se faz pelos caminhos da pesquisa, da política, da apuração dos fatos e punição dos culpados. Lilia Schwarcz em, “Imagens da branquitude” (2024), aponta o passado com duas facetas fundamentais que são alvos de disputa, ele é “conflituoso” quando não se estabelece e nunca se estabelecerá como narrativa única, mas sim de um recorte de um grupo ou de vários grupos da sociedade, via de regra os grupos da elite dominante, acadêmica e financeira, mas também é “projetivo” quando tenta emplacar discursos e tendência que reforçam ou amenizam determinado período histórico. No período recente do Brasil, principalmente em reação ao relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) de fundada no final de 2011 e com relatório entregue em 2014, o tema da Ditadura voltou aos holofotes e uma reação forte também saiu da caserna. Discursos de parlamentares exaltando o Golpe e a Ditadura Militar, como foi o caso de Jair Bolsonaro, em 2016, ao homenagear o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, em plena votação de *impeachment* da ex-presidenta Dilma

Rousseff, vítima de Ustra durante a ditadura. Outros casos como a ação civil declaratória movida pelas vítimas de Ustra foi o único e tímido caso de tentativa de reparação e punição dos culpados. Além do mais, a Lei de Anistia e a forte mobilização militar sempre apareceram como fantasmas a assombrar a história recente da democracia brasileira, a ponto de haver protestos massivos pedindo a volta da Ditadura Militar.

Os onze capítulos da obra além de muito bem escritos, o que faz com que o leitor praticamente sinta o ambiente tenso e hostil do período, é rico em dados e fontes científicas que atestam, confrontam ou coadunam com os argumentos propostos. Além de traçar uma linha do tempo sobre o golpe e a ditadura, o autor aprofunda nas questões e contradições da própria cúpula de comando militar, jogando por terra a ideia generalista de que a ditadura foi sempre única e homogênea em seu pensamento e trajetória. Outro tópico muito caro na obra de Rodrigo é a contextualização e a forma de utilização do “perigo vermelho” (a ameaça comunista) como forma de pressionar a sociedade e estabelecer ferramentas de aprovação popular, ainda que em decadência, da ditadura militar. Trocando em miúdos o autor embasa o que de fato era um risco e uma organização para a tentativa de suplantar o regime democrático brasileiro por uma ditadura do proletariado e o que era, materialmente concreto, da utilização do discurso anticomunista, por má fé ou inocência, como substrato para a manutenção do golpe e de uma ditadura militar. Portanto, os eixos temáticos que conectam a obra são: o discurso anticomunista, a estrutura militar de subserviência aos Estados Unidos (EUA) em determinado período e um distanciamento de Washington em momentos chaves da ditadura, a utilização do Estado para reprimir, matar e desaparecer com opositores e os cenários de crises econômicas que permearam os 21 anos da ditadura.

Sobre o perigo vermelho, a ameaça comunista no país, o autor faz um importante contexto de como esse tema já era forte no imaginário coletivo do país desde a época de Getúlio Vargas, mas também no período contemporâneo, uma vez que Jair Bolsonaro utilizou-se da estratégia de caça aos vermelhos para designar todo ataque às esquerdas do país, generalizando trabalhistas, progressistas e comunistas em um escopo de “os vermelhos” ou “petralhas”, lançando grande perseguição a qualquer tipo de oposição e utilizando-se do discurso de eliminação do oponente, frases como “vamos fuzilar a petralhada”¹ foram repetidas diversas vezes durante a campanha de 2018 e 2022 e também durante o mandato do ex-presidente (2019-2022). E esse é, talvez, o grande mérito do autor durante a obra, não fazer com que os discursos

¹ No Acre, Bolsonaro fala em 'fuzilar a petralhada' e enviá-los à Venezuela - 1º.set.2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p0eMLhCcbyQ>

e abusos da ditadura se circunscrevesse apenas durante o período de 1964-1985, mas mostrar como esse discurso e ações pró ditadura militar ainda se mantiveram no discurso do senso comum e de algumas autoridades brasileiras que ocuparam grandes cargos nas instituições democráticas do país. O passado, quando não estudado e reparado, pode voltar a assombrar, e é o caso do Brasil com os militares golpistas, que não foram punidos devidamente durante a transição e, mais do que isso, se cunhou uma ideia de acomodação e esquecimento, jogando para debaixo do tapete todos os abusos e crimes cometidos pela ditadura, fazendo com que o país não se curasse das chagas abertas pela ditadura, mas, ao contrário, por querer esconder as feridas do passado, fez com que o presente fosse ameaçado pelas inflamações de feridas não cuidadas.

Outro tópico importante levantado pelo autor durante a obra, mais especificamente no capítulo 3, intitulado “O papel dos Estados Unidos e de outras forças estrangeiras no golpe e na ditadura”, é a explicação sobre a atuação do Tio Sam durante o golpe e nos mandatos dos generais durante a ditadura. É importante destacar que o autor não nega a operação e a influência dos EUA no golpe e, principalmente, no primeiro mandato da ditadura, no governo Castello Branco, que foi o mais subserviente aos interesses dos EUA entre todos os comandantes militares. Um documentário que pode ajudar a compreender a perspectiva desse capítulo é o “O dia que durou 21 anos”, dirigido por Camilo Galli Tavares, que mostra a atuação dos EUA na América Latina, principalmente no Brasil, para afastar governos com a tendência mais à esquerda e centro esquerda e instaurar ditaduras militares de extrema-direita por todo território sul-americano. Mas é importante destacar, e Rodrigo Patto faz muito bem em sua obra, que a vontade dos EUA embora importante, não foi impositiva e solitária, ele aponta a forte atuação dos militares para se aproveitar do apoio estadunidense no período inicial da ditadura, mas também a burguesia nacional e os principais agentes da ditadura tiveram suas próprias motivações e atuação para manter o golpe e dirigir a ditadura segundo seus interesses, seja na linha econômica, seja na linha repressiva.

Um outro aspecto interessante nos capítulos da obra são as explicações e desarme de possíveis armadilhas de que o período de 64-85 não foi uma ditadura, pois havia eleições, instituições funcionando e organização externa e interna no país. Olhando superficialmente, apenas pela frieza dos números e pela intenção de grupos que querem reescrever e negar a história, tais argumentos poderiam até fazer sentido, aliás, o judiciário de fato continuou funcionando, havia “oposição parlamentarista” e troca constante de mandatos dos presidentes da república. Cabe destacar, e Rodrigo aponta isso nos capítulos 4 e 5, qual era o apoio social da ditadura, calcado em sua maioria no anticomunismo apenas. Ora, um regime autoritário não

pode se manter apenas pela força repressiva, é necessário um certo tipo de adesão da sociedade para que funcione, ainda que seja uma autocracia. Max Weber já apontava isso sobre a legitimação do poder e os tipos de dominação “Legal”, “Carismática” e “Tradicional”². Ora, se o Estado se utilizar apenas dos aparatos repressivos sem nenhum controle ou discurso que justifique ou maquie sua atuação, logo perderá apoio popular e controle da situação. Na ditadura militar brasileira, esses dilemas estiveram presentes por todo o período vigente desde o golpe até a abertura. É fato que a ditadura assassinou, torturou, estuprou e desapareceu com seus desafetos políticos com a justificativa de serem “inimigos da pátria” ou “comunistas”, embora hoje já esteja provado que muitos sequer tinham lastros com a situação política do país, muito menos mundial. Para além do discurso de limpeza política no país, a ditadura manteve eleições indiretas para presidente, além de manter eleições para o executivo e legislativo municipal e legislativo estadual, mas cabe lembrar que quando essas eleições começaram a apontar o risco da oposição (principalmente a oposição institucional, o Movimento Democrático Brasileiro - MDB) de assumir pontos estratégicos do poder político, a ditadura utilizava-se de artigos do Ato Institucional n. 2 (AI-2) e do AI-5 para realizar expurgos, cassações para manter o *status-quo*.

O capítulo que praticamente complementa a situação dos argumentos do parágrafo anterior é o capítulo 6: “Uma análise do apoio social da ditadura”. Nele o autor traz números de pesquisas da época que mostram ambiguidade entre a atuação da ditadura e sua manutenção e a opção da sociedade. O ponto principal que deu argumentos à ditadura foi a contrariedade massiva da sociedade ao “comunismo”, o que fez com que a ditadura utilizasse desse argumento principalmente nos momentos mais críticos do regime. Em contrapartida, os números apontavam para uma preferência de coisas que a ditadura não oferecia ou oferecia precariamente ou então de fachada. O apoio às reformas de base defendidas por João Goulart, por exemplo, recebia a aprovação de cerca de 70% nos levantamentos realizados nas capitais, pode-se compreender uma ambiguidade dos números, principalmente ao se tratar de termos da Ciência Política e das defesas de pautas sociais, era possível detectar um forte apelo ao social, principalmente às reformas de base, que não necessariamente são de esquerda, mas que no Brasil, historicamente, foram sempre defendidas pela esquerda e centro esquerda, ao mesmo tempo que o “medo dos vermelhos” estava muito arraigado no imaginário coletivo brasileiro, fazendo com que as reformas fossem dirigidas, preferencialmente, por grupos que resguardassem valores de direita. Entre o discurso e a prática há uma distância. Para

² Ciência e Política: Duas Vocações (2011) – Cultrix. Max Weber

especialistas da Ciência Política, principalmente no cenário brasileiro, a dissonância entre pautas da direita e avanços sociais estão claras e evidentes. Porém, para a população da época, principalmente a classe média, esses valores não eram contraditórios, a vontade era um projeto político de direita e anticomunista com avanços na reformas de base. Com a ditadura ficou apenas o projeto político de direita e anticomunista, a pauta das reformas de base, embora com apoio popular, não ganhou terreno, principalmente porque a elite, dona de grandes terras, se encabeçou de matar o projeto no nascedouro.

Do capítulo 6 até o capítulo 8 e algumas considerações dos capítulos seguintes, o autor traz um retrato do aprofundamento do aparato repressivo do Estado, muito em razão da instauração do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, que mostrou o aparato repressivo das figuras do Estado, a instituição de porções de torturas físicas e psicológicas, mostrando a fase de maior repressão e acirramento da ditadura, entre 68 e 77. Nesse período a linha dura tinha conseguido chegar a maior poder na cúpula militar e grupos de extremistas de direita, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que promoveram atentados e ações de modo a justificar o contexto instável e fazer com que Costa e Silva instalasse o AI-5, que deu quase que poderes absolutos ao presidente e aos militares da cúpula do governo. O AI-5 previa, entre muitas outras coisas, que o presidente fechasse o parlamento, o presidente e governadores assumissem as funções legislativas enquanto as casas parlamentares estivessem fechadas, reformulação da Lei de Segurança Nacional (LSN), que dava poder de nomear e suspender autoridades e interventores nos estados e municípios, poder de censurar músicas, livros, artistas e outras obras culturais, restringia a ação judiciária ao suspender *habeas corpus* de presos políticos, mais expurgos de oposicionistas e servidores públicos, além de dar poder ao presidente de decretar perdas de direitos políticos aos cidadãos considerados subversivos pela ditadura, em sua maioria líderes de esquerda que tinham grande apoio popular.

Desse modo, a linha dura da ditadura conseguiu, com o AI-5, por um certo período, destruir todo tipo de oposição, os que optavam pela oposição moderada, ou seja, líderes de direita democrática, centro direita, esquerda e centro esquerda, optavam por tentar destruir a ditadura pelos aparatos institucionais, o que deu mais certo no período de declínio da ditadura, em meados e final da década de 1970, quando o MDB conseguiu grande número na câmara dos deputados, fazendo com que o partido da ditadura, a ARENA, utilizasse de aparatos do AI-5 para realizar manobras e manter seus poderes e supremacia política. As esquerdas mais radicais apostaram na luta armada, mas sem muito sucesso, movimentos como Aliança Libertadora Nacional (ALN), cujo o principal nome era Carlos Marighella, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) responsável pelo sequestro do embaixador Charles Burke, além do

Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), com destaque para Carlos Lamarca, além de outros movimentos de esquerda radical que optaram pela luta armada, pois foram logo desmanteladas pela ditadura militar. Muitos de seus membros foram torturados até a morte ou se tornaram exilados políticos, além de renderem substrato à ditadura em seu discurso de combate aos comunistas.

O declínio econômico da ditadura, trabalhados nos capítulos 9 e 10 da obra, foram de encontro ao crescimento da oposição no país e perda de fôlego da ditadura. O crescimento e concentração brutal de renda e as grandes obras intermináveis e redutos de corrupção fizeram com que as medidas adotadas pelos presidentes da ditadura militar fossem se definhando aos poucos e que a crise econômica e a inflação galopante resultasse em perda de poder de compra, desvalorização do salário, o que os ditadores de cada época tentaram resolver de formas distintas. Geisel tentou ferramentas da nova proposta chegada pela escola de Chicago, a ideia do neoliberalismo e desmonte do Estado, mas para não admitir o fracasso do “milagre econômico”, optou por medidas no final de seu mandato de tentativas de expansão, logo engolidas pelos índices astronômicos da inflação. Foi nesse período que parte do empresariado, muito beneficiado pela ditadura desde o início com renúncias fiscais e outras medidas econômicas, se desgarrou do governo e passou a elaborar a tentativa de abertura sem perdas econômicas e políticas. No último governo militar, de João Figueiredo, a crise era geral, política, social e econômica, a inflação chegou a atingir 200%, a crise mundial do petróleo fez com que a popularidade da ditadura definhasse de vez.

O declínio econômico, a distensão política e a abertura são eixos finais do livro, abordados do capítulo 9 até o último capítulo da obra, neles é impossível dissociar crise política e crise econômica. Parte dos apoiadores da ditadura militar, já em 1974, debatiam a ideia de distensão (1974-1979). A ideia de distensão partia da própria ideia e da força da ditadura, avaliada pelo presidente ditador da época, Ernesto Geisel, que por considerar a oposição fraca e destruída, avaliava ser o contexto ideal para se impor um regime democrático com a cara da ditadura, sem forte oposição e com os rumos econômicos proposto pelos militares e elite econômica brasileira e estadunidense, renovando portanto o apoio da ala liberal que se distanciara da ditadura no período da linha dura. A ideia de Geisel era uma “democracia relativa”, institucionalizando a ditadura com verniz de democracia. A crise entre a extrema direita militar e a linha de militares que apoiavam a distensão e medidas liberalizantes dos grupos de apoio da ditadura fez com que a oposição institucional se fortalecesse e o MDB, gerando risco ao poder da ditadura, o que fez com que os militares reagissem e editassem uma série de normas para manter o controle nas casas parlamentares, como os senadores biônicos,

maior representatividade em municípios menores, onde a ARENA tinha mais influência. A distensão tinha o papel de prolongar o poder da ditadura e organizar os militares para o inevitável processo de abertura, iniciado em 1979. Os militares não estavam, como nunca estiveram, interessados na democracia plena, mas sim na manutenção de seus poderes e privilégios.

Em 1979, a crise econômica era tão grande que nem as tentativas de popularizar a ditadura e seus representantes, no caso o ditador João Figueiredo, eram capazes de amenizar as insatisfações populares em relação ao arrocho salarial, perda inflacionária e perda de direitos políticos. Com o início da distensão no governo Geisel, o contexto e as manifestações ganharam terreno mais fértil desde 1964, o MDB se encorpava com o retorno de lideranças exiladas, mas a ditadura, mesmo agonizando, ainda era forte e tinha o controle, lançou em seus últimos suspiros oficiais pacotes que ganharam principalmente a imprensa, que emplacou o discurso contra o “revanchismo” da oposição. Uma clara posição de que a ditadura seria retirada, mas pra isso não aceitaria ser investigada, nem punida. Quase um pacto nacional de acomodação e esquecimento do passado, a Lei de Anistia, promulgada em 1979, dava mais privilégios aos militares que eram eximidos de investigações do que aos próprios presos políticos perseguidos pela ditadura. Foi esse respiro da ditadura que com um “auto perdão” fez com que chagas abertas da sociedade brasileira não fossem devidamente tratadas e curadas. A anistia, que foi mais para os militares do que para os resistentes da ditadura militar, o processo de acomodação dos ditadores no novo processo democrático pós 1989, fez com que figuras da ditadura voltassem a disputar e ocupar cargos públicos: Sarney, em 1985 e Aureliano Chaves, em 1989. Além de nomes de herdeiros do capital político da ditadura: Roberto Campos Neto, presidente do banco central (2019-2024), neto do ministro do planejamento de Castello Branco; Paulo Maluf entre outros que ganharam destaque durante a ditadura e exercem funções no Brasil pós redemocratização.

Por fim, essa foi uma tentativa de trazer o desenho de uma obra fundamental para a compreensão mais detalhada do período da ditadura militar brasileira. A obra de Rodrigo Patto Sá Motta se junta a outras diversas obras necessárias para compreender o longo período dos militares no poder, além de traçar possibilidades de compreender como esses “passados” da história brasileira, quando não tratados e curados, se tornam novamente “presentes” e “futuros” da sociedade.

Referências

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. São Paulo: Editora Zahar, 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Imagens da branquitude: a presença da ausência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.

Recebido: 24 julho 2025

Aprovado: 13 abril 2026